

Edital

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
(Artigo 34º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro)

Joaquim Monteiro da Mota e Silva, Presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, TORNA PÚBLICO que, de acordo com o disposto no artigo 34º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal de Celorico de Basto, na reunião ordinária de 23 de Outubro de 2013, deliberou delegar no seu Presidente as seguintes competências:

→ Autorizar nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, o pagamento de despesas para além do valor estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de 748.196,85€, de acordo com o previsto no artigo 29º do referido Decreto-Lei 197/99, em despesas de carácter obrigatório, designadamente as resultantes de contratos de empreitada, aquisição de bens e equipamentos, desde que inscritas no plano plurianual de investimentos e no orçamento municipal.

As previstas no artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a saber:

→ Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações (artigo 33º n.º 1 alínea d)

→ Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba (artigo 33º n.º 1 alínea f)

→ Adquirir, alienar ou onerar bens móveis de valor até 1000 vezes a RMMG (artigo 33 n.º 1 alínea g)

→ Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor



superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções (artigo 33º n.º 1 alínea h)

→ Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei (artigo 33º n.º 1 alínea l)

→ Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade (artigo 33º n.º 1 alínea q)

→ Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central (artigo 33º n.º 1 alínea r)

→ Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal (artigo 33º n.º 1 alínea t)

→ Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal (artigo 33º n.º 1 alínea v)

→ Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas (artigo 33º n.º 1 alínea w)



→ Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos (artigo 33º n.º 1 alínea x)

→ Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos (artigo 33º n.º 1 alínea y)

→ Executar as obras, por administração direta ou empreitada (artigo 33º n.º 1 alínea bb)

→ Alienar bens imóveis (artigo 33º n.º 1 alínea cc)

→ Proceder à aquisição e locação de bens e serviços (artigo 33º n.º 1 alínea dd)

→ Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal (artigo 33º n.º 1 alínea ee)

→ Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal (artigo 33º n.º 1 alínea ff)

→ Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares (artigo 33º n.º 1 alínea gg)

→ Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos (artigo 33º n.º 1 alínea ii)

→ Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos (artigo 33º n.º 1 alínea jj)

→ Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam

conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura (artigo 33º n.º 1 alínea kk)

→ Participar em órgão de gestão de entidades da administração central (artigo 33º n.º 1 alínea ll)

→ Designar os representantes do município nos conselhos locais (artigo 33 n.º 1 alínea mm)

→ Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central (artigo 33º n.º 1 alínea nn)

→ Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados (artigo 33º n.º 1 alínea pp)

→ Administrar o domínio público municipal (artigo 33º n.º 1 alínea qq)

→ Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos (artigo 33º n.º 1 alínea rr)

→ Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia (artigo 33º n.º 1 alínea ss)

→ Estabelecer as regras de numeração dos edifícios (artigo 33º n.º 1 alínea tt)

→ Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município (artigo 33º n.º 1 alínea uu)

→ Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município (artigo 33º n.º 1 alínea ww)

→ Deliberar, no prazo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados (artigo 33º n.º 1 alínea xx)

→ Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição (artigo 33º n.º 1 alínea yy)

→ Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município (artigo 33º n.º 1 alínea zz)

→ Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado (artigo 33º n.º 1 alínea bbb).

As previstas no Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 26/2010, de 30 de Março (designado por RJUE):

→ Concessão de licença administrativa (n.º 1 do artigo 5º do RJUE), com faculdade de subdelegação nos vereadores

→ Aprovação da informação prévia (n.º 4 do artigo 5º e artigos 14º e 16º do RJUE), com faculdade de subdelegação nos vereadores

→ Certificar, para efeitos de registos predial de parcela destacada, em conformidade com o n.º 9 do artigo 6º do RJUE

→ Emitir certidões, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 49º do RJUE

→ Fixar o prazo, por motivo devidamente fundamentado, para a execução faseada de obra, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 59º do RJUE

→ Declarar a caducidade e revogar a licença ou a admissão de comunicação prévia, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 71º e do n.º 2 do artigo 73º, ambos do RJUE

→ Decidir sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização, nos termos do artigo 87º do RJUE

→ Determinar a realização de obras de conservação e ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, nos termos previstos nos n.º 2 e 3 do artigo 89º do RJUE, por força das disposições conjugadas da alínea w) do n.º 1 do artigo 33º e dos n.º 1 e 2 do artigo 34º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro

→ Promover a realização de trabalhos de correção ou alteração por conta do titular da licença ou do apresentante da comunicação prévia, nos termos e âmbito do n.º 3 do artigo 105º do RJUE

→ Prestar a informação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 110º do RJUE

→ Autorizar o pagamento fracionado das taxas, nos termos do n.º 2 do artigo 117º do RJUE, com faculdade de subdelegação nos vereadores ou nos dirigentes dos serviços

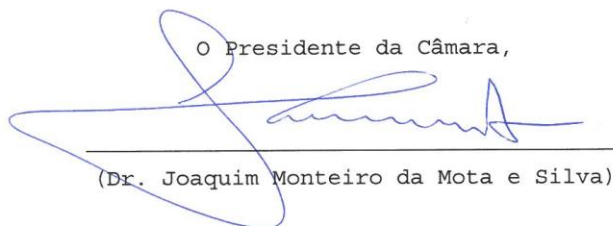
→ Autorizar pedidos de averbamentos de nomes de novos proprietários em processos de urbanização e edificação, nos termos da lei

→ Certificar que os pedidos de constituição de propriedade horizontal reúnem as condições exigidas para a sua constituição.

Para conhecimento dos interessados, se publica o presente edital, que vai afixado nos lugares de estilo.

Celorico de Basto, 29 de Outubro de 2013

O Presidente da Câmara,



(Dr. Joaquim Monteiro da Mota e Silva)